



Educação inclusiva no ensino superior o desvelar das pesquisas

Juraci Pereira dos Santos¹, Idemar Vizolli², Walber Christiano Lima da Costa³

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Angical, Angical, Piauí, Brasil.

²Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil.

³Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará, Brasil.

RESUMO

Introdução. O presente estudo é parte integrante de uma pesquisa realizada no âmbito do programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT). **Objetivo.** Objetivou-se analisar o tratamento dado à Educação Inclusiva no contexto do Ensino Superior por meio de pesquisas de pós-graduação. **Metodologia.** A metodologia adotada é de natureza bibliográfica e qualitativa, especificamente do tipo estado do conhecimento, baseada em fontes disponíveis no repositório de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A organização e a produção dos dados foram realizadas utilizando o software *IRaMuTeQ* e a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. O processo de aprimoramento se iniciou com a utilização dos termos "Políticas Públicas" AND "Educação Inclusiva" AND "Ensino Superior". **Resultados e discussão.** Esse refinamento resultou em um total de 163 produções identificadas, compostas por 131 dissertações e 32 teses, todas defendidas no intervalo de 2008 a 2021. Posteriormente, após a leitura dos resumos, foram criteriosamente selecionadas 5 teses e 15 dissertações para a análise. Os resultados evidenciaram que os estudos sobre educação inclusiva no ensino superior englobam as visões de estudantes, professores e gestores. Além disso, enfatizam o papel dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão das instituições, ressaltando o papel significativo que desempenham no processo de inclusão de estudantes com deficiência nesse âmbito educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação Inclusiva. Ensino Superior. Pessoas com deficiência.

Inclusive education in higher education unveiling researches

ABSTRACT

Introduction. This study is part of a research project carried out as part of the Master's program in Education at the Federal University of Tocantins (UFT). **Objectives.** focused on the analysis of the treatment given to Inclusive Education in the context of Higher Education through postgraduate research. **Methodology.** The methodology adopted is bibliographical and qualitative in nature, specifically of the state of knowledge type, based on sources available in the Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] theses and dissertations repository. The data was

Correspondência dos Autores

¹ORCID: [0009-0001-5396-575X](https://orcid.org/0009-0001-5396-575X). Email: juraci.pds@ifpi.edu.br

²ORCID: [0000-0002-7240-4261](https://orcid.org/0000-0002-7240-4261). Email: idemar@uft.edu.br

³ORCID: [0000-0003-2440-8564](https://orcid.org/0000-0003-2440-8564). Email: walber@unifesspa.edu.br (Autor correspondente)

Artigo submetido a sistemas de verificação de similaridade

Submetido 10/11/2023 – Aceito 12/02/2024 – Publicado 11/04/2024

organized and produced using *IRaMuTeQ* software and Bardin's Content Analysis technique. The refinement process began with the use of the terms "Public Policies" AND "Inclusive Education" AND "Higher Education". **Results and discussion.** This resulted in a total of 163 productions, comprising 131 dissertations and 32 theses, all defended between 2008 and 2021. Subsequently, after reading the abstracts, 5 theses and 15 dissertations were carefully selected for analysis. The results showed that studies on inclusive education in higher education encompass the views of students, teachers and managers. In addition, they emphasize the role of institutions' Accessibility and Inclusion Centers, highlighting the significant role they play in the process of including students with disabilities in this educational environment.

KEYWORDS: Education. Inclusive education. Higher Education. People with disabilities.

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas que discutem a inclusão no Ensino Superior de estudantes do Público da Educação Especial (PEE) têm sido realizadas a partir da realidade das universidades públicas federais. Entre elas, há a pesquisa realizada por Reis (2017, p. 7), que revelou que a instituição não atende integralmente a legislação em relação à acessibilidade arquitetônica e que “78% dos estudantes sinalizaram que ‘nunca’, ‘raramente’ e ‘algumas vezes’ sentem-se em igualdade de oportunidade, o que consideramos ter forte relação com as barreiras humanas, que precisam ser desconstruídas no ambiente acadêmico”. Nessa perspectiva, o estudo de Silva Neto (2021, p. 7) revela a necessidade de “rompimento com o paradigma da exclusão e que esse não se restringe ao que está previsto nos documentos legais, requer o comprometimento e a sensibilidade com a causa da pessoa com deficiência” para que se possa efetivar a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior.

Para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI), de 2008, estudantes com deficiência são os “[...] que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial” (Brasil, 2010, p. 21). Os com transtornos globais do desenvolvimento apresentam alteração nas interações sociais e na comunicação, sendo que neste grupo inclui-se o transtorno do espectro autista. Em relação aos com altas habilidades/superdotação, a PNEEPI define que são aqueles que apresentam “[...] potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes” (Brasil, 2010, p. 21).

Assim como as mudanças ocorridas nos termos de referência em relação às pessoas com deficiência, ao longo dos anos, a Política Educacional Brasileira foi se modificando. Com isso, muitas necessidades foram se incorporando à realidade educacional e profissional, entre elas, a de um ensino que atendesse as especificidades dos estudantes com deficiência. Desse modo, o campo educacional exigia dos profissionais formação adequada para atuarem com esses estudantes, que não tinham garantia de acesso ao ensino adequado. A priori, a Educação inclusiva é entendida como uma política pública educacional que preconiza o direito de as pessoas com deficiência estudarem na escola regular. De acordo com Sousa (2019, p. 123), “educação inclusiva é um novo modo de ser, ver e fazer uma escola diferente, na qual todos os envolvidos se beneficiam com mudanças estruturais e pedagógicas”.

Tratando-se da presença dos estudantes no Ensino Superior, os dados do censo de 2021, apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), assinalam que houve aumento no número de matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse aumento é percebido ao analisar-se que, entre os anos 2012 e 2021, em instituições públicas e privadas, os estudantes com deficiência

passaram de 26.483 para 63.404, o que representa um aumento de mais de 139% nas matrículas em dez anos (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022). Isso revela a necessidade de adequação das práticas educativas nas Instituições de Ensino Superior e que nos leva a fortalecer o estudo em evidência.

Ainda que os dados indiquem um aumento no número de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior, para Guimarães, Borges e Van Petten (2021), as instituições de ensino devem fazer adequações nos espaços, atendimentos educacionais especializados e uma política efetiva de permanência dos estudantes no espaço educacional, de modo que se possa contribuir para o desenvolvimento desses sujeitos no ambiente acadêmico.

Considerando esse cenário, o objetivo central deste estudo foi direcionado pela seguinte questão motivadora: como as pesquisas de pós-graduação contidas no repositório de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) abordam o tema da educação inclusiva no Ensino Superior? Com base nesse questionamento, o objetivo da pesquisa é analisar como os programas de pós-graduação tematizam a Educação Inclusiva no âmbito do Ensino Superior. A motivação deste estudo reside na busca por enriquecer e ampliar a pesquisa sobre a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito do Ensino Superior. Para atingir esse objetivo, o artigo segue uma estrutura organizada em cinco seções distintas, contribuindo para a compreensão e aprofundamento desse importante tema. A primeira delas abrange uma introdução que oferece uma visão geral da temática, juntamente com a justificativa, a identificação do problema e a declaração dos objetivos do estudo. Em seguida, são apresentados alguns dos estudos relevantes relacionados à temática em análise. A terceira seção detalha o método de pesquisa adotado, descrevendo o processo metodológico. As análises e resultados obtidos estão contemplados na quarta seção. Finalmente, a quinta seção destaca os principais achados da pesquisa, fornecendo uma síntese das descobertas mais significativas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, assegura o direito à educação para todos os cidadãos, sendo que esse direito abrange também as pessoas com deficiência, garantindo-lhes o acesso ao ensino superior (Brasil, 1988). Para Mantoan (2006), a Constituição de 88 é clara e revolucionária ao prescrever a inclusão de todos os estudantes no sistema educacional de ensino. Nesse sentido, cabe ao Estado promover políticas educacionais e ações que eliminem as barreiras e proporcionem condições adequadas para que as pessoas com deficiência possam participar do ambiente universitário e alcancem o sucesso acadêmico.

Segundo Wu e Paganelli (2022), as barreiras são consideradas entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que impedem as pessoas com deficiência de exercerem seus direitos. As políticas educacionais inclusivas são ações e projetos promovidos pelos governos com o propósito de reduzir ou eliminar as barreiras existentes no sistema educacional. Essas iniciativas são impulsionadas pelas demandas da sociedade civil, através de movimentos e organizações, com o intuito de garantir o acesso à educação a todos os cidadãos, independentemente de sua identidade de gênero, etnia, cor, orientação sexual ou condição de deficiência. Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p. 21) enfatizam que o “[...] ensino inclusivo é a prática de inclusão de todos independente do seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural”. Nessa perspectiva, as iniciativas voltadas para a inclusão de estudantes PEE no ensino superior datam dos anos 1990, estimuladas pelo compromisso assumido pelo

Brasil em estabelecer um sistema educacional inclusivo. Esse compromisso foi reforçado por meio da participação do país na Conferência de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia, 1990), e da assinatura da Declaração de Salamanca em 1994, na Espanha (Chacon, 2004).

Em relação às políticas de acesso, são entendidas como ações que oportunizam aos estudantes PEE o ingresso às instituições de ensino, quer sejam públicas ou privadas. Nesse sentido, Albino (2010, p. 32) compreende acesso “como condição de alcance, inserção no sistema educacional sob condutas apropriadas”. Incluir estudantes com deficiência no Ensino Superior não se limita apenas a assegurar o acesso, mas é, principalmente, assegurar que esses estudantes alcancem o sucesso acadêmico e completem com êxito os cursos que desejam (Chahini, 2016). A inclusão requer a implementação de políticas de permanência que compreendem os programas e ações específicas nas instituições de ensino. Essas medidas devem oferecer recursos adequados no atendimento às especificidades e um ambiente acolhedor que promova a igualdade de oportunidades para todos os estudantes (Albino, 2010).

Em 2005, o Ministério da Educação (MEC) implementou o Programa de Acessibilidade na Educação Superior, visando promover a criação e desenvolvimento dos núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O programa tem como principal propósito estimular e tornar possível a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, por meio da disponibilização de editais específicos (Ferreira, 2012). De acordo com Moreira, Bolsanello e Seger (2011), nos seus dois primeiros anos, o programa se concentrou na recepção de propostas para impulsionar a inclusão no ensino superior e, em 2007, passou a direcionar seus esforços para estimular a criação e a estruturação dos núcleos de acessibilidade nas IFES. “O Programa Incluir não estabelece diretrizes específicas para a inclusão. Ele repassa às instituições de ensino superior a responsabilidade de criar e implementar as políticas educacionais inclusivas com as diretrizes voltadas à acessibilidade” (Ferreira, 2012, p. 77). Seguindo esse enfoque, Chahini (2016) destaca que o Programa Incluir em 2013 teve como propósito facilitar a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior e fomentar a acessibilidade nas IFES, por meio de: adequação arquitetônica, aquisição de recursos de tecnologia assistiva, aquisição e desenvolvimento de material didático e pedagógico acessíveis e aquisição e adequação de mobiliários para acessibilidade.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pela Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, é uma ação do MEC que busca ampliar as oportunidades de acesso ao Ensino Superior a todos os estudantes, incluindo os com deficiência. O programa concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Em 24 de abril de 2007 foi promulgado o Decreto 6.096, que estabeleceu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O principal objetivo desse programa é ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior, especificamente nos cursos de graduação, por meio da otimização da estrutura física e dos recursos humanos já disponíveis nas universidades federais (Brasil, 2007).

Para Da Costa e Naves (2020), os estudantes com deficiência conquistaram o acesso às IFES com muitas dificuldades e à base de lutas e mobilizações pela garantia do direito à escolarização. Uma política educacional que merece destaque, e que é fruto dessa luta, é a Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que promove alterações na Lei de Cotas, nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), e tem o objetivo de assegurar o acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior (Brasil, 2016). Nesse contexto, a promoção à educação inclusiva requer ações efetivas por parte dos responsáveis pela

instituição de ensino, visando à efetiva igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações.

3 METODOLOGIA

As pesquisas do estado do conhecimento se caracterizam por sistematizar e analisar produções acadêmicas em uma determinada área do conhecimento. Para Morosini, Kohls-Santos e Bittencuort (2021, p. 23), esse tipo de pesquisa objetiva “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações, livros sobre uma determinada temática específica”. Nesse sentido, as pesquisas de estado do conhecimento são significativas por possibilitarem realizar um panorama sobre um objeto de estudo de uma determinada área do conhecimento (Carneiro; Lopes; Dias, 2022).

O estudo inclui teses e dissertações defendidas de 2008 a 2021. A escolha pelo ano de 2008 foi motivada pela implementação da PNEEPEI, e 2021 marca o quinto ano da Lei 13.409/2016, que alterou a Lei de Cotas, nº 12.711/2012, para garantir a presença de pessoas com deficiência nas IFES. A pesquisa foi conduzida com o emprego dos descritores “Políticas Públicas” AND “Educação Inclusiva” AND “Ensino Superior”, no repositório do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>). Para a busca foi utilizado o Operador Booleano¹ AND, a fim de combinar de forma eficaz os termos da pesquisa e obter resultados relevantes para o estudo.

Conforme demonstrado na Figura 1, os resultados da pesquisa inicial indicam a identificação de um conjunto total de 163 trabalhos acadêmicos, compreendendo 131 Dissertações e 32 Teses.

Figura 1: Número total de teses e dissertações identificadas durante a pesquisa com os descritores no banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

¹ “Os Operadores Booleanos atuam como palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de sua pesquisa. São eles: AND, OR e NOT e significam, respectivamente, E, OU e NÃO. A fim de facilitar a visualização da busca, é importante que estes sejam escritos em letras maiúsculas” (CAPCS, 2020, s/p).

Durante o processo de refinamento inicial, ficou evidente que, ao estabelecer o intervalo de tempo de 2008 a 2021, identificamos um total de 138 estudos, dos quais 112 são dissertações e 26 são teses. A partir da análise dos títulos, resumos e palavras-chave das produções, foram excluídos 118 estudos que, embora abordassem a temática da educação inclusiva, se repetiam, não estavam acessíveis para consulta ou não se referiam ao nível de ensino. Selecionou-se 20 produções que apresentaram as características adequadas para o estudo, sendo 5 teses e 15 dissertações, conforme indicado no Quadro 1.

Quadro 1: Apresentação das Teses e Dissertações selecionadas após o processo de refinamento, onde "D" indica Dissertação e "T" representa Tese.

Nº	Nível	Título	Autor	Instituição
1	D	A Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Piauí – concepções de professores	Souza (2008)	Universidade Federal do Piauí – UFPI
2	D	Educação Inclusiva no Ensino Superior: o docente universitário em foco	Santos (2009)	Universidade Federal de Uberlândia – UFU
3	D	Acesso e permanência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob o ponto de vistas do docente e do estudante com deficiência	Albino (2010)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
4	D	O professor universitário frente às estratégias de identificação e atendimento ao aluno com altas habilidades/superdotação	Lima (2011)	Universidade Federal do Paraná – UFPR
5	D	Educação Inclusiva no Ensino Superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão	Ferreira, 2012	Universidade Federal do Maranhão – UFMA
6	D	Inclusão de Estudantes com deficiência nas instituições de Ensino superior da cidade de Natal – análise das condições oferecidas no processo seletivo do vestibular	Santos, 2012	Universidade Federal do Rio Grande Do Norte – UFRN
7	D	Inclusão no Ensino Superior: sentidos atribuídos por acadêmicos com deficiência	Soares (2014)	Universidade Da Região de Joinville – UNIVILLE
8	D	Práticas e formação docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: com vistas a inclusão de estudantes cegos	Martins (2016)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

9	D	O trabalho docente e a inclusão de estudantes com deficiência nos cursos de licenciatura em Matemática do sistema ACAFE	Mendes (2017)	Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE
10	D	Inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior: uma análise da região sudeste	Moreira (2018)	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
11	D	A pessoa surda na educação superior: compreensões em torno do trabalho docente	Schmidt (2018)	Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE
12	D	Direito à educação e Ensino Superior: o caso da Universidade Federal do Espírito Santo – Unidade de Alegre	Mendonça (2019)	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
13	D	Monitoria inclusiva no Ensino Superior: discursos e imagens de si e do outro	Borges (2020)	Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM
14	D	Trajetórias escolares de pessoas com deficiência e as políticas de educação inclusiva 2008-2018: da educação básica ao ingresso por cotas na UFMG	Guimarães (2020)	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
15	D	Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: estudo de caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Nascimento (2021)	Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
16	T	Alunos com deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão da UNIMONTES	Oliveira (2011)	Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
17	T	A Inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará: ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores	Soares (2011)	Universidade Federal do Ceará – UFC
18	T	A inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Estadual da Paraíba: uma avaliação do programa tutorial especial	Ramalho (2012)	Universidade do Estado do Rio De Janeiro – UERJ
19	T	Educação Inclusiva no Ensino Superior para alunos Surdos: resistências e desafios	Schneider (2017)	Universidade de Passo Fundo - UPF

20	T	Vozes dos “Rios” da Amazônia: história de vida de estudantes no Ensino Superior com deficiência	Reis (2019)	Universidade do Estado do Rio De Janeiro – UERJ
----	---	---	-------------	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No Quadro 1 é possível observar que as pesquisas selecionadas abordam as seguintes temáticas: concepções de professores, estudantes e gestores, políticas de acesso e permanência e programas institucionais de atendimento aos estudantes com deficiência. Essas áreas de estudo são focadas na compreensão das percepções e práticas dos envolvidos, bem como nas políticas e programas implementados para garantir a inclusão e o suporte adequados aos estudantes com deficiência no contexto do Ensino Superior.

O *software IRaMuTeQ* tem como uma de suas funções fornecer diversos tipos de análises de dados textuais, baseado na lexicografia das palavras. É um programa de fonte aberta, criado por Pierre Ratinaud, que possibilita realizar análises estatísticas sobre *corpus* textuais e tabelas, com base na composição de palavras (Camargo; Justo, 2013). As análises de dados textuais realizadas pelo programa são: estatísticas textuais clássicas, Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise Fatorial de Correspondência (AFC), Análise de Similitude e Nuvem de palavras (Camargo; Justo, 2013). O *IRaMuTeQ* “não analisa dados, ele realiza o tratamento dos dados por análises lexicográficas que verifica a frequência de palavras e efetiva uma comparação da forma textual, observando as similaridades e divergências, criando categorias que são denominadas de classe” (Carneiro; Vizolli, 2021, p. 13). Para a composição deste estudo, priorizou-se a utilização de apenas um dos tipos de análise proporcionada pelo *software*, a CHD.

A CHD relaciona os Segmentos de Texto² (ST) em função de seus vocabulários e apresenta a frequência das palavras no *corpus*. De acordo com Camargo e Justo (2013, p. 516), a CHD “visa obter classes de UCE³ que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCE das outras classes”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

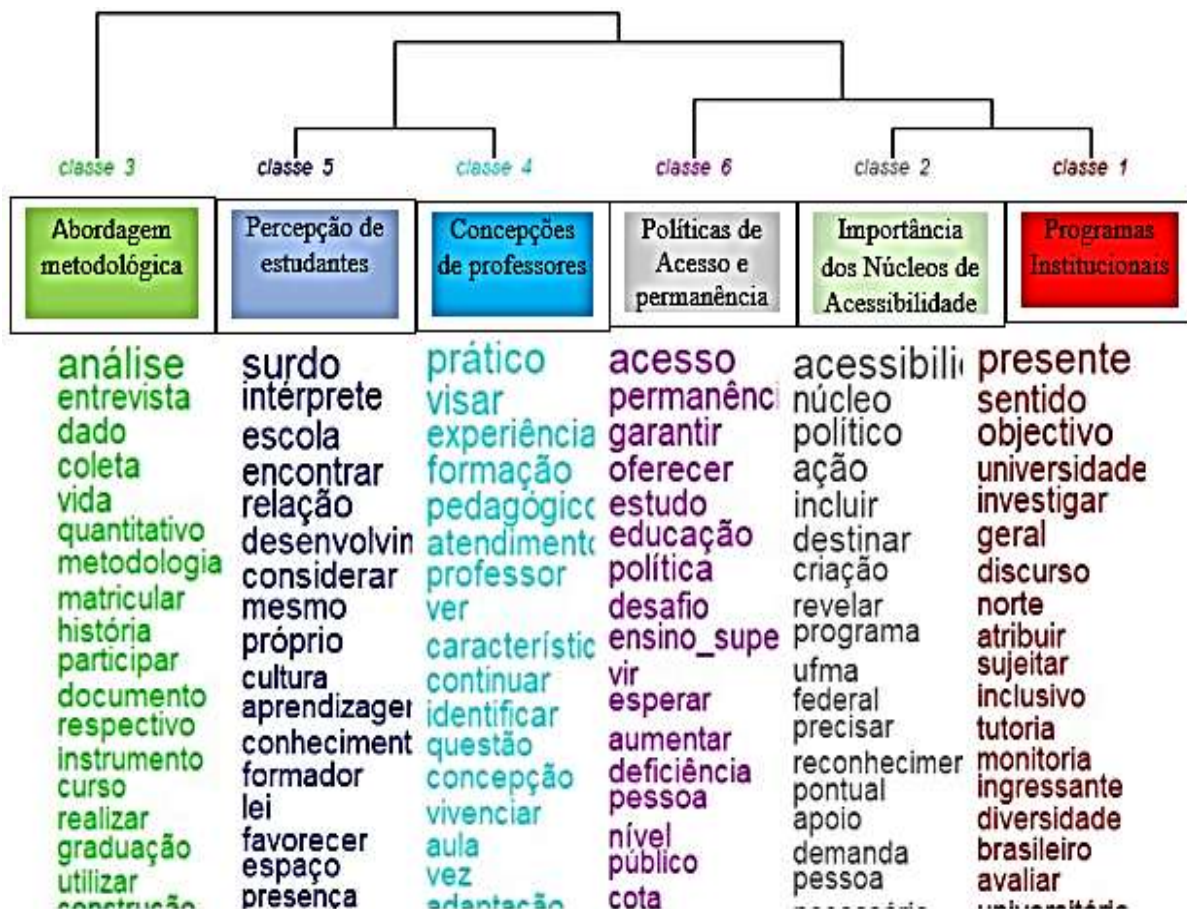
Em relação à CHD, a análise do *corpus* proveniente dos 20 resumos das teses e dissertações compreendeu 175 ST, com retenção de 84,95% do *corpus*, para construção das seis classes advindas das divisões do conteúdo. Para que a análise seja considerada aceitável, é necessário ter um percentual mínimo de 75% dos ST. A Figura 2 ilustra o dendrograma⁴ gerado a partir da CHD, sendo que por meio dele também é possível visualizar as relações existentes entre as classes.

² Os segmentos de texto (ST), na maior parte das vezes, tem o tamanho aproximado de três linhas, dimensionadas pelo *software* em função do tamanho do *corpus*. Os segmentos de texto são os ambientes das palavras. Podem ser construídos pelo pesquisador, ou automaticamente pelo *software*. São as principais unidades de análise textual deste tipo de *software* (Camargo; Justo, 2018, p. 10).

³ Nas análises lexicais clássicas, o programa identifica e reformata as unidades de texto, transformando Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE) (Camargo; Justo, 2013, p. 515).

⁴ O Dendrograma expõe os principais resultados no formato horizontal e vertical. É apresentado de forma horizontal e lê-se da esquerda para a direita. Ele apresenta as partições ou iterações que foram executadas na classificação dos segmentos de texto do *corpus* (Camargo; Justo, 2018, p. 35).

Figura 2: Dendrograma gerado pela Classificação Hierárquica Descendente após a inserção do corpus no software IRaMuTeQ.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Na Classe 1, intitulada de "Programas Institucionais", fica evidente que os ST, pertencentes às teses e dissertações que compõem o *corpus* textual, compreendem pesquisas relacionadas aos programas institucionais de apoio aos estudantes com deficiência em instituições de ensino superior. Nesse sentido, Borges (2020), em sua dissertação de mestrado, conduzida na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), propôs analisar os sentidos que monitores e estudantes com deficiência do Programa de Monitoria Inclusiva (PMI) da UFTM atribuem à inclusão na instituição. Os resultados demonstraram a necessidade de ruptura dos discursos que determinam os espaços dos estudantes com deficiência, sendo que, para isso, a universidade precisa garantir a participação de todos no ambiente universitário, dando prioridade para que os grupos minoritários sejam ouvidos e atendidos em suas especificidades. De acordo com a autora,

[...] o PMI, por si só, não tem força necessária para contribuir para a formação da consciência inclusiva na universidade. É importante que as ações saiam da zona de dispersão e sejam planejadas de acordo com a contribuição, história de vida e força identitária dos grupos sociais minoritários. Estes discursos podem nos orientar no caminho de compreender minimamente maneiras diversas de pensar e propor reflexões sobre a inclusão no ambiente universitário e propor ações planejadas e efetivas para a garantia do ensino de qualidade para todos os estudantes (Borges, 2020, p. 118).

Ao examinar as palavras mais relevantes e os ST que constituem a Classe 2, foi escolhido o termo "A importância dos Núcleos de Acessibilidade". Essa classe engloba estudos relacionados à

importância dos núcleos na implementação de ações inclusivas nas instituições de ensino superior. Nessa perspectiva, Ferreira (2012), ao analisar as Políticas Públicas Educacionais para estudantes com deficiência na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), destacou a existência de políticas públicas educacionais inclusivas na UFMA. Aponta também que estas políticas são orientadas pelas diretrizes do MEC, com destaque para o Programa Incluir, que orientou a constituição dos Núcleos de Acessibilidade (NUACE) nas Instituições Federais de Ensino. Segundo a autora, a UFMA tem feito progressos na criação de um ambiente inclusivo, embora esses esforços ainda sejam limitados e insuficientes, sendo necessário expandir e fortalecer as políticas inclusivas.

Na Classe 6, "Políticas de Acesso e Permanência", agrupou-se produções que abordavam as políticas de acesso e permanência para estudantes com deficiência em instituições de ensino superior. Nesse contexto, a pesquisa de Albino (2010) analisou as ações e práticas na concepção de estudantes com deficiência e professores em relação ao acesso e permanência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doze estudantes e cinco professores participaram do estudo. As constatações revelaram que os estudantes têm dificuldades no acesso e permanência na instituição e estas estão relacionadas às barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas. Para a autora, a UFRN carece de um projeto de educação inclusiva que atenda as especificidades dos estudantes com deficiência, tendo em vista que as ações desenvolvidas pelo MEC não garantem o sucesso acadêmico desses estudantes.

Oliveira (2011) investigou o ingresso, o acesso e a permanência de estudantes com deficiência na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) que ingressaram pelo sistema de cotas. De acordo com a autora, a UNIMONTES garante o ingresso e acesso de estudantes com deficiência na instituição, mas a permanência destes estudantes na universidade necessita de políticas e programas para torná-la de fato inclusiva. Concluiu sua tese sustentando que,

Pensar a inclusão educacional de alunos com deficiência é transcender os aspectos das normas decretos, portarias, enfim é considerar o ser humano em sua totalidade. Percebe-se que apesar do avanço na legislação e concepção a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no ensino, em especial no ensino superior, muito ainda há de ser feito para consolidar o processo de inclusão (Oliveira, 2011, p. 147).

Na Classe 4, denominada "Concepções de Professores", foram reunidas pesquisas que exploraram as opiniões e perspectivas dos professores em relação à inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior. Esses estudos buscaram compreender as concepções, crenças e atitudes dos docentes em relação à diversidade e à educação inclusiva. Souza (2008) realizou seu estudo na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e investigou as concepções de professores em relação à inclusão de estudantes com deficiência na instituição. As análises evidenciaram que os professores são favoráveis à inclusão de estudantes com deficiência na universidade. De acordo com a autora, "[...] a maioria deles revelou pouco conhecer sobre o assunto, assim como desconhecimento sobre a existência de ações e apoios à inclusão na Universidade Federal do Piauí, sobretudo no que diz respeito aos apoios necessários no processo ensino-aprendizagem" (Souza, 2008, p. 8).

Nessa direção, Lima (2011) explorou como professores reconhecem estudantes com altas habilidades/superdotação, além de como fazem e que estratégias metodológicas utilizam para promover a inclusão desses estudantes na universidade. Com esse fim, participaram da pesquisa nove professores. Os achados evidenciaram que a maioria dos professores divergem em relação à concepção de necessidades educacionais especiais, demonstrando incerteza acerca da participação de estudantes com altas habilidades/superdotação no grupo de estudantes com deficiência. A autora pontua que a

universidade necessita de programas e políticas mais concretas no atendimento aos estudantes com altas habilidades/superdotação.

A pesquisa de mestrado conduzida por Schmidt (2018) teve como objetivo compreender o processo do trabalho docente diante da presença de estudantes surdos no contexto do ensino superior em Joinville-SC. Para alcançar tal propósito, participaram da pesquisa dez professores ouvintes, três estudantes surdos e dois intérpretes de Libras, fornecendo uma abordagem abrangente e diversificada para a análise das práticas educacionais inclusivas nesse ambiente universitário. Os estudos revelaram que, nas instituições de Ensino Superior da cidade de Joinville, o suporte oferecido aos professores para a inclusão de estudantes surdos é caracterizado por ações isoladas e específicas. Além disso, constatou-se que os intérpretes de Libras frequentemente ultrapassam suas atribuições, assumindo, em muitas ocasiões, o papel do professor. Isso evidencia a necessidade de uma abordagem mais abrangente e estruturada para garantir a inclusão efetiva dos estudantes surdos, promovendo a colaboração adequada entre professores e intérpretes para uma educação inclusiva de qualidade. Schmidt (2018) reafirma em sua pesquisa que,

[...] o trabalho docente recebe contribuições de diversos atores que fazem com que seja possível o surdo frequentar e, de fato, vivenciar o universo acadêmico, não como coitado que está inserido em sala de aula, mas sim como personagem principal de sua história, experimentando cada etapa desta trajetória (Schmidt, 2018, p. 81).

Na Classe 5, "Percepção de Estudantes com Deficiência", foram reunidos estudos, que abordaram a concepção dos estudantes com deficiência em relação às políticas de inclusão no ensino superior. Essa classe se propôs a explorar as perspectivas e percepções desses estudantes em relação aos esforços e iniciativas voltadas para a promoção da inclusão dentro do ambiente acadêmico universitário. Nesse sentido, Soares (2014) desenvolveu sua pesquisa na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) e analisou os sentidos de inclusão atribuídos por estudantes com deficiência. Participaram do estudo sete estudantes de cursos de graduação. A pesquisa evidenciou que os estudantes reconhecem que são incluídos na UNIVILLE, no entanto, a inclusão ainda é excludente, pois são rotulados com base nas falas dos demais. Em relação à acessibilidade arquitetônica, destacaram que os espaços da instituição são categorizados, no sentido de definir quem pode ou não utilizá-los. De acordo com a autora, os discursos dos estudantes indicaram a “necessidade de uma nova identidade para a pessoa com deficiência, pois esse sujeito que está ingressando no ensino superior almeja ser reconhecido pelo seu potencial, e não por uma identidade que o categoriza como incapaz” (Soares, 2014, p. 110).

Schneider (2017), em sua tese de doutorado, analisou as concepções e práticas que predominam no processo de inclusão do aluno com surdez na Universidade de Passo Fundo (UPF) e no Instituto Federal Farroupilha (IFF), Campus de Santo Ângelo. O estudo destacou que o despreparo dos professores e a insuficiência de intérpretes comprometem o processo de inclusão de estudantes com surdez. O estudante surdo se sente isolado e não reconhecido por estudantes ouvintes e professores. Nas palavras da autora,

[...] a viabilização da inclusão do aluno surdo no ensino superior passa pelo conhecimento do processo de inclusão e de seus princípios, para que nenhum aluno surdo seja excluído do seu direito irrenunciável de estar na universidade. Dessa forma, a educação inclusiva no ensino superior pode vir a ser pautada por relações de reconhecimento mútuo e de respeito às diferenças linguísticas e culturais (Schneider, 2017, p. 7).

Outra tese de doutorado se refere à pesquisa de Reis (2019, p. 9), que objetivou “compreender e problematizar, a partir das narrativas das histórias de vida de estudantes com deficiência, suas vivências psicossociais e acadêmicas no cotidiano de uma universidade pública do estado do Amazonas”. Para a realização desse estudo, foram entrevistados 16 estudantes com deficiência de uma universidade pública do estado do Amazonas. A pesquisa revelou que as medidas para assegurar a permanência, a aprendizagem e a participação dos estudantes em atividades acadêmicas ainda são incipientes e, muitas vezes, surgem de motivações e reivindicações feitas pelos próprios estudantes ou através de iniciativas isoladas. Segundo a autora, as vozes dos estudantes com deficiência no ensino superior são reveladoras de experiências, conhecimentos e aprendizados significativos, no entanto, torna-se imprescindível a promoção de rupturas em relação ao estigma ainda presente no cotidiano da universidade.

A pesquisa de mestrado de Nascimento (2021), realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), teve o intuito de mapear os estudantes com deficiência que ingressaram na instituição de 2004 a 2020 e compreender as percepções deles em relação ao processo de inclusão. Segundo a autora, a instituição enfrenta desafios diários relacionados às barreiras atitudinais, arquitetônicas e metodológicas, destacando a necessidade de investimento em capacitação para todos os membros da comunidade acadêmica na UERJ. Ao concluir sua pesquisa ela ressalta que, apesar dos obstáculos ainda presentes, a UERJ tem se consolidado como um ambiente transformador, proporcionando não apenas crescimento acadêmico, mas também impactando positivamente a vida pessoal dos estudantes com deficiência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desta pesquisa revelaram que os estudos sobre educação inclusiva no ensino superior abarcam as visões de estudantes, professores e gestores. Além disso, enfatizam o papel dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão das instituições, que desempenham um papel relevante no processo de inclusão de estudantes com deficiência neste nível de ensino. Os estudos enfatizam a importância da formação continuada e do engajamento dos professores do ensino superior na inclusão de estudantes com deficiência nas instituições. Essa abordagem se mostra essencial para criar um ambiente educacional mais inclusivo e acessível, onde todos os alunos tenham oportunidades igualitárias de aprendizado e desenvolvimento. A capacitação dos professores visa aprimorar suas práticas pedagógicas, para promover a educação inclusiva e atender às necessidades específicas de cada estudante com deficiência.

Os dados revelaram que as políticas de acesso e permanência, relacionadas à inclusão de estudantes no Ensino Superior, têm progredido ao longo do tempo. No entanto, as pesquisas ressaltam a necessidade das instituições adotarem medidas efetivas para eliminar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, a fim de assegurar que esses estudantes possam não apenas ingressar, mas também permanecer e alcançar o sucesso acadêmico. Almeja-se que este estudo possa desempenhar um papel significativo no progresso e fortalecimento da educação inclusiva no Ensino Superior, permitindo que os estudantes com deficiência conquistem um espaço gradualmente amplo e inclusivo na sociedade. Acreditamos, igualmente, que este texto possa servir como fonte de inspiração para futuras pesquisas, as quais têm o potencial de enriquecer e aprimorar o contexto da educação inclusiva, promovendo avanços e inovações no campo educacional.

AGRADECIMENTOS. Agradecemos a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para realização deste trabalho.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES. JPS, IV, WCLC: Conceituação; JPS, WCLC: Metodologia, Software, Curadoria de dados, Análise formal, Redação – rascunho original, Visualização, Investigação, Validação; JPS: Redação – revisão e edição, Aquisição de financiamento, Administração do projeto, Recursos, Supervisão. Todos os autores participaram ativamente da discussão dos resultados, revisaram e aprovaram a versão final do artigo.

CONFLITO DE INTERESSE. Os autores declaram que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

APROVAÇÃO ÉTICA. Não se aplica.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, I. B. **Acesso e permanência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob o ponto de vista do docente e do estudante com deficiência Natal-RN.** 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14402>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- BORGES, F. O. **Monitoria Inclusiva de Ensino Superior:** discursos e imagens de si e do outro. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFTM_e7fb1861846084795f55a6a050b83222r. Acesso em: 12 nov. 2022.
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/1992 a 99/2017, pelo decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994. 53. ed. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC: SEESP, 2010. 72 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192. Acesso em: 20 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 maio. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.096 – 13 jan. 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 14 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia.**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. DOI 10.9788/TP2013.2-16. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>. Acesso em: 8 fev. 2023.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software IRaMuTeQ.** Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS), Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018>. Acesso em: 8 fev. 2023.

CAPCS - Centro de Apoio à Pesquisa no Complexo de Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Você sabe o que são Operadores Booleanos?** 2020. Disponível em: <http://www.capcs.uerj.br/voce-sabe-o-que-sao-operadores-booleans/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CARNEIRO, R. S.; LOPES, T. B.; DIAS, C. M. S. L. Ensino de Matemática na Revista Prática Docente: uma análise de similitude com o uso do IRAMUTEQ. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 1, p. e35, 2022. DOI 10.23926/RPD.2022.v7.n1.e35.id1586. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/186>. Acesso em: 11 jul. 2022.

CARNEIRO, R. S.; VIZOLLI, I. Produções acadêmicas em educação matemática na Amazônia legal brasileira: um olhar a partir do IRaMuTeQ. **Revista Exitus**, v. 11, n. 1, p. e020190, 2021. DOI 10.24065/2237-9460.2021v11n1ID1690. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1690>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CHACON, M. C. M. Formação de recursos humanos em educação especial: resposta das universidades à recomendação da Portaria Ministerial nº 1.793. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 10, n. 03, p. 321-336, 2004. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-65382004000300006&lng=pt&nrm=isoa Portaria Ministerial nº 1.793. Acesso em 20 jul. 2023.

CHAHINI, T. H. C. **O percurso da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2016. 185 p.

DA COSTA, V. B.; NAVES, R. M. A implementação da lei de cotas 13.409/2016 para as pessoas com deficiência na universidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 1, maio. p. 966-982, 2020. DOI 10.21723/riaee.v15esp.1.13511. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13511>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FERREIRA, N. M. C. **Educação inclusiva no ensino superior:** análise das políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão. 2012. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/238>. Acesso em: 10 maio 2022.

GUIMARÃES, M. C. A. **Trajetórias escolares de pessoas com deficiência e as políticas de educação inclusiva 2008-2018:** da educação básica ao ingresso por cotas na UFMG. 2020. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9692716. Acesso em: 10 maio 2022.

GUIMARÃES, M. C. A.; BORGES, A. A. P.; VAN PETTEN, A. M. V. N. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. 935-952, 2021. DOI 10.1590/1980-54702021v27e0059. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/WFpCcQN95YxfqRjPW49sVz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2021**. Brasília, DF: Ministério da Educação – MEC, out. 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. Fundamentos do Ensino Inclusivo. In: STAINBACK, W; STAINBACK, S. (org.). **Inclusão um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed editora, 1999.

LIMA, D. M. M. P. O professor universitário frente às estratégias de identificação e atendimento ao aluno com altas habilidades/superdotação. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: http://www.ppgc.ufpr.br/teses/M11_Denise%20Maria%20de%20Matos%20Pereira%20Lima.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. In: ARANTES, V. A. (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. 103 p.

MARTINS, L. M. S. M. **Práticas e formação docente na UFRN com vistas à inclusão de estudantes cegos**. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Natal (RN), 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/22407>. Acesso em: 10 maio 2022.

MENDES, C. L. **O trabalho docente e a inclusão de estudantes com deficiência nos cursos de licenciatura em matemática do sistema Acafe**. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville. Santa Catarina, Joinville, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5011514. Acesso em: 10 maio 2022.

MENDONÇA, G. A. M. **Direito à educação e ensino superior: o caso da Universidade Federal do Espírito Santo – Unidade de Alegre**. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) – Universidade Federal do Espírito Santo, Pós-graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, Vitória, 2019. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_13530_Versao_Final_Disserta%E7%E3o_Gisele_Mezabarba.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. S. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, n. 41, p. 125-143, 2011. DOI 10.1590/S0104-40602011000300009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/RmyQMDhnxLSdSfMw7n6WjzH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2022.

MOREIRA, S. C. P. C. **Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior**: uma análise na região sudeste. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4941>. Acesso em: 10 maio 2022.

MOROSINI, M.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. **Estado do Conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

NASCIMENTO, S. T. **Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior**: estudo de caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2021. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.bdtu.uerj.br/handle/1/17863>. Acesso em: 10 maio 2022.

OLIVEIRA, A. S. S. **Alunos com deficiência no ensino superior**: subsídios para a políticas de inclusão da UNIMONTES. 2011. 174 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Educação Especial, São Carlos, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2876?show=full>. Acesso em: 10 maio 2022.

RAMALHO, M. N. **A inclusão de alunos com deficiência na UEPB**: uma avaliação do Programa de Tutoria Especial. 2012. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.bdtu.uerj.br/handle/1/10331>. Acesso em: 10 maio 2022.

REIS, J. G. **Vozes dos Rios da Amazônia**: história de vida de estudantes no Ensino Superior com deficiência. 2019. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.bdtu.uerj.br/handle/1/10303>. Acesso em: 10 maio 2022.

REIS, M. S. O. **Percepção dos estudantes com deficiência sobre as políticas de inclusão na Universidade Federal do Ceará (UFC)**. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/24245>. Acesso em: 10 maio 2022.

SANTOS, A. F. **Educação Inclusiva no ensino superior**: o docente universitário em foco. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Federal de Uberlândia. Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13776>. Acesso em: 10 maio 2022.

SCHMIDT, J. B. **A pessoa surda na educação superior**: compreensões em torno do trabalho docente. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville – Univille, Programa de Mestrado em Educação, Joinville, 2018. Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/mestradoedu/VirtualDisk.html/downloadDirect/1276278/Jelson_Budal_Schmidt.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

SCHNEIDER, R. **Educação inclusiva no ensino superior para alunos surdos**: resistências e desafios. 2017. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Passo Fundo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/212902>. Acesso em: 10 maio 2022.

SILVA NETO, P. J. **Inclusão da pessoa com deficiência na educação superior**: o comitê de inclusão e acessibilidade da UFPB para o acesso e a permanência. 2021. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22374>. Acesso em: 10 maio 2022.

SOARES, A. C. S. **A inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará**: ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores. 2011. 240f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2771>. Acesso em: 10 maio 2022.

SOARES, L. **Inclusão no ensino superior**: sentidos atribuídos por acadêmicos com deficiência. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade da Região de Joinville, Programa de Mestrado em Educação, Joinville, 2014. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_071b49809685d116cfb531cc65bbcf11. Acesso em: 10 maio 2022.

SOUSA, I. V. Educação especial no Brasil: percursos e avanços. In: SOUSA, I. V. (org.). **Educação inclusiva no Brasil**: história, gestão e políticas. Jundiaí, São Paulo: Pacto, 2019. p. 9-20.

SOUZA, L. M. **A inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Federal do Piauí**: concepções de professores. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/RmyQMDhnxLSdSfMw7n6WjzH/ad/arquivos/ppged/arquivos/files/DISSERTA%C3%87%C3%83O_COMPLETA_FINAL_VERS%C3%83OFINAL%20LUCIN EIDE%20-%202022. Acesso em: 10 maio 2022.

WUO, A. S.; PAGANELLI, B. T. S. Barreiras e facilitadores na inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: O ponto de vista dos estudantes. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, n. 30, v. 177, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8704873> Acesso em: 20 mar. 2023.